

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 2.374.583 mil,

Patrimônio Líquido de R\$ 16.687.488 mil e Ativos Totais de R\$ 19.029.337 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 24 de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2016	2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	2015
CIRCULANTE	768.758	803.347	CIRCULANTE	1.091.196	803.409
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	24.733	4.368	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17)	18	31.892
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	743.847	615.857	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12e)	1.091.098	746.290
Valores a Receber (Nota 8)	178	178	Outras Obrigações (Nota 10)	80	25.227
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17e)	-	129.000	NÃO CIRCULANTE	1.250.653	966.521
Créditos Tributários (Nota 17c)	-	53.944	Provisão para Impostos e Contribuições	17.169	7.626
NÃO CIRCULANTE	18.260.579	15.391.041	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11)	362.085	225.061
Realizável a Longo Prazo	1.946.148	1.389.323	Outras Obrigações (Nota 10)	871.379	733.834
Valores a Receber (Nota 8)	1.014.198	848.109	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.687.488	14.424.458
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	331.923	153.459	Capital Social (Nota 12a)	7.666.200	6.800.000
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17e)	443.522	330.399	Reservas de Lucros (Nota 12d)	8.792.715	7.790.980
Créditos Tributários (Nota 17c)	156.505	57.356	Outros Resultados Abrangentes	228.573	(166.522)
Investimentos (Nota 9)	16.314.431	14.001.718	TOTAL	19.029.337	16.194.388
TOTAL	19.029.337	16.194.388			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015		2016	2015
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	2.342.518	2.016.182	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	2.342.518	2.016.182
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	2.397.183	2.119.138	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.342.518	2.016.182
Resultado Financeiro (Nota 15)	55.238	25.750	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(2.397.183)	(2.119.138)
Resultado na Alienação de Investimentos	-	(44.836)	Resultado de Equivalência Patrimonial	-	44.836
Despesas Tributárias (Nota 13)	(109.351)	(62.599)	Resultado na Alienação de Investimentos	-	44.836
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(552)	(1.271)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	(50.358)	(19.004)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.342.518	2.016.182	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(105.023)	(77.124)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	32.065	26.316	(Aumento/Redução em Ativos)	(25.395)	(465.486)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.374.583	2.042.498	Aumento/(Redução) em Obrigações	77.426	79.438
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(52.992)	(463.172)
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	3,91	3,49	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Lucro básico por ação atribuída aos acionistas (Nota 12b)	3,91	3,49	Aquisição de Investimentos	(595.150)	(211.944)
			Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	782.674	441.465
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	187.524	229.521
			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
			Contrato de Mútuo	5.523	315.000
			Aumento de Capital	626.600	425.700
			Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(746.290)	(507.062)
			Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(114.167)	233.638
			Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	20.365	(13)
			Início do Exercício	4.368	4.381
			Fim do Exercício	24.733	4.368
			Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	20.365	(13)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social	Outros Resultados Abrangentes			Lucros Acumulados	Totais
		Reservas de Lucros Legal	Estatutária	(Investidas)		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.900.000	166.770	6.831.132	73.947	-	12.971.849
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.042.498	2.042.498
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(240.469)	-	(240.469)
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	1.802.029
Aumento de Capital Social por Subscrição	425.700	-	-	-	-	425.700
Aumento de Capital Social com Reservas	474.300	-	(474.300)	-	-	-
Destinações: - Reservas:	-	102.125	1.165.253	-	-	1.267.378
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(775.120)	(775.120)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.800.000	268.895	7.522.085	(166.522)	-	14.424.458
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.374.583	2.374.583
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	395.095	-	395.095
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	2.769.678
Aumento de Capital Social por Subscrição	626.600	-	-	-	-	626.600
Aumento de Capital Social com Reservas	239.600	-	(239.600)	-	-	-
Destinações: - Reservas:	-	118.729	1.122.606	-	(1.241.335)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.133.248)	(1.133.248)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	7.666.200	387.624	8.405.091	228.573	-	16.687.488

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015		2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	2.374.583	2.042.498	Lucro Líquido do Exercício	2.374.583	2.042.498
Ajuste de Avaliação Patrimonial	395.095	(240.469)	Ajuste de Avaliação Patrimonial	395.095	(240.469)
Resultado Abrangente do Exercício	2.769.678	1.802.029	Resultado Abrangente do Exercício	2.769.678	1.802.029

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	2
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ	8
MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO	11
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.	4
TITANIUM HOLDINGS S.A.	6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia e de suas investidas, foram elaboradas de forma consistente e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 9.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2016 e de 2015, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho com praticidade certa, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

9) INVESTIMENTOS

- Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 2.397.183 (2015 - R\$ 2.119.138).
- A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de Ações Possuídas (em mil)		Participação no Capital Social (%)	Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
				ON	PN		2016	2015	2016	2015
				Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3)	17.192.900		35.031.455	5.171.227	3.471.820	-
Bradespar (1) (4) (5)	4.100.000	8.090.430	629.323	1.675	728	0,69	55.619	54.569	4.319	(17.875)
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1)	397.390	842.864	114.046	38.920	-	50,00	421.432	367.837	57.023	53.808
NCF Participações S.A. ("NCF") (1)	4.325.004	7.611.472	762.782	1.694	-	0,08	6.021	5.417	597	338
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.381
Ágio - Bradespar (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL							16.314.431	14.001.718	2.397.183	2.119.138

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (23,81%) e na Bradespar (12,93%);

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial da Bradespar, foi divulgada em 21 de março de 2017;

(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa na investida, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida; e

(6) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Circulante		
Contratos de mútuo (1).....	-	25.134
Outros.....	80	93
Total	80	25.227
Não Circulante		
Contratos de mútuo (2).....	871.379	733.834
Total	871.379	733.834

(1) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, liquidado em janeiro de 2016; e
(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2018.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 331.923 (2015 - R\$ 153.459). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
No início do período	225.061	133.546
Atualizações monetárias.....	28.301	14.896
Constituição.....	108.723	76.619
No final do período	362.085	225.061

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2016 e 2015, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Ordinárias - classe "A" (I).....	277.318.130	266.491.934
Ordinárias - classe "B" (II).....	20.805.664	19.993.434
Preferenciais.....	315.902.805	303.570.305
Total	614.026.599	590.055.673

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e

(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 1º de março de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 626.600, mediante a emissão de 23.970.926 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 11.638.426 ordinárias, das quais 10.826.196 da classe "A" e 812.230 da classe "B" e 12.332.500 preferenciais.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	2.374.583	2.042.498
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	608.034	585.227
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	3,91	3,49

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	2.374.583	
Reserva legal.....	(118.729)	
Base de cálculo ajustada	2.255.854	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (2)	1.133.248	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3).....	(42.150)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016	1.091.098	48,4
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	746.290	38,5

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) Provisionamento de JCP extraordinário, deliberado em 30 de setembro de 2016 e JCP complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2016; e
(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
COFINS.....	89.621	63.050
PIS.....	19.102	13.569
IOF.....	628	5.980
Total	109.351	82.599

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Serviços de terceiros.....	454	1.145
Editais e publicações.....	98	90
Outros.....	-	36
Total	552	1.271

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Variação monetária sobre impostos a recuperar.....	33.443	33.985
Variação monetária de contratos de mútuo.....	11.839	(10.594)
Outros.....	9.956	2.359
Total	55.238	25.750

16) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos								
Caixa/disponibilidades.....	-	-	-	-	5	9	5	9
Valores a receber.....	1.014.198	848.109	-	-	-	-	1.014.198	848.109
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-	743.847	615.857	-	-	743.847	615.857
Passivos								
Juros sobre capital próprio a pagar.....	1.091.098	746.290	-	-	-	-	1.091.098	746.290
Outros passivos (Nota 10).....	-	-	871.379	758.968	-	-	871.379	758.968

	Exercícios findos em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receitas/(despesas) com juros.....	118.970	57.312	(107.131)	(67.906)	-	-	11.839	(10.594)
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio.....	(1.133.248)	(775.120)	1.093.675	800.746	-	-	(39.573)	25.626

(1) BBD Participações S.A. ("BBD") e Fundação Bradesco ("Fundação");
(2) Bradespar, Cidade de Deus, NCF e Titanium; e
(3) Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	2.342.518	2.016.182
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(796.456)	(685.502)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes....	815.042	720.507
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	(371.849)	(272.254)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	385.304	263.541
Outros valores.....	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	32.065	26.316

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(13.140)	(4.695)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização), no exercício, sobre adições temporárias.....	46.748	31.117
Constituição/(realização), no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa.....	(1.543)	(106)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	32.065	26.316

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2015	Constituição	Realização	2016
Provisões fiscais.....	71.691	46.747	-	118.438
Outras provisões.....	32	27	26	33
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	71.723	46.774	26	118.471
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	39.577	-	1.543	38.034
Total dos créditos tributários	111.300	46.774	1.569	156.505
Obrigações fiscais diferidas.....	7.626	9.563	-	17.189
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	103.674	37.211	1.569	139.316

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2017.....	21.778	6.271	28.000	10.034	66.083
2018.....	21.781	6.272	-	-	28.053
2019.....	21.781	6.272	-	-	28.053
Após 2019.....	21.776	12.540	-	-	34.316
Total	87.116	31.355	28.000	10.034	156.505

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 443.522 (2015 - R\$ 459.399), referem-se a: (i) imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras; (ii) imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio; e (iii) imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Refere-se, em 2015, basicamente, a IRRF sobre juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 28.830.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015; e

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 916.120, mediante a subscrição de 34.285.927 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 26,72 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria	Diretores
Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto
Diretor Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni Domingos Figueiredo de Abreu Alexandre da Silva Glüher Josué Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

Osasco, 17 de abril de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A.....	2
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAI.....	8
MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO.....	11
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.....	

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.
No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R\$ 2.374.583 mil, Patrimônio Líquido de

R\$ 16.687.488 mil e Ativos Totais de R\$ 19.029.337 mil.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 24 de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2016	2015
ATIVO		
CIRCULANTE	768.758	803.347
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	24.733	4.368
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	743.847	615.857
Valores a Receber (Nota 8)	178	178
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17e)	-	129.000
Créditos Tributários (Nota 17c)	-	53.944
NÃO CIRCULANTE	18.260.579	15.391.041
Realizável a Longo Prazo	1.946.148	1.389.323
Valores a Receber (Nota 8)	1.014.198	848.109
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	331.923	153.459
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17e)	443.522	330.359
Créditos Tributários (Nota 17c)	156.505	57.356
Investimentos (Nota 9)	16.314.431	14.001.718
TOTAL	19.029.337	16.194.388

	2016	2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	1.091.196	803.409
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17f)	18	31.892
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12e)	1.091.098	746.290
Outras Obrigações (Nota 10)	80	25.227
NÃO CIRCULANTE	1.250.653	966.521
Provisão para Impostos e Contribuições	17.189	7.626
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 11)	352.095	252.061
Outras Obrigações (Nota 10)	871.373	733.834
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.687.488	14.424.458
Capital Social (Nota 12a)	7.666.200	6.800.000
Reservas de Lucros (Nota 12d)	8.792.715	7.790.980
Outros Resultados Abrangentes	228.573	(166.522)
TOTAL	19.029.337	16.194.388

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	2.342.518	2.016.182
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	2.397.183	2.119.138
Resultado Financeiro (Nota 15)	55.238	25.750
Resultado na Alienação de Investimentos	-	(44.836)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(109.351)	(82.599)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(552)	(1.271)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.342.518	2.016.182
IMPÓSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	42.985	32.616
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.374.583	2.042.498

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)

	2016	2015
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 12b)	3,91	3,49

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Outros Resultados Abrangentes					Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Investidas	Reservadas		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.900.000	166.770	6.831.132	73.947	-	12.971.849	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.042.498	2.042.498	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(240.469)	-	(240.469)	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	1.802.029	-	-
Aumento de Capital Social por Subscrição	425.700	-	-	-	425.700	425.700	-
Aumento de Capital Social com Reservas	474.300	-	(474.300)	-	-	-	-
Destinações - Reservas	-	102.125	1.165.253	-	(1.267.378)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	(775.120)	(775.120)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.800.000	268.895	7.522.085	(166.522)	-	14.424.458	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.374.583	2.374.583	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	395.095	-	395.095	-
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	395.095	-	395.095	-
Aumento de Capital Social por Subscrição	626.600	-	-	-	626.600	626.600	-
Aumento de Capital Social com Reservas	239.600	-	(239.600)	-	-	-	-
Destinações - Reservas	-	118.729	1.122.606	-	(1.241.335)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	(1.133.248)	(1.133.248)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	7.666.200	387.624	8.405.091	228.573	-	16.687.488	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detêm, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia e de suas investidas, foram elaboradas de forma consistente e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, a apresentar-se risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição da caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.
c) Valores a receber
Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber está apresentada na Nota 8.
d) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 9.

Agio (Goodwill)
O agio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.
e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2016 e de 2015, não houve perda por impairment.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sendo os quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não são reconhecidos, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.
O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido
(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.
(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 12e.
h) Imposto de renda e contribuição social
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".
Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

9) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 2.397.183 (2015 - R\$ 2.119.138).
b) A composição da rubrica "Investimentos" está demonstrada a seguir:

Empresas	Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado Ajustado		Quantidade de Ações Possuídas (em mil)		Participação no Capital Social (%)		Total dos Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
	Capital Social	Líquido Ajustado	2016	2015	ON	FN	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3)	17.192.900	35.031.455	5.171.227	3.471.820	-	-	45,18	15.827.313	13.569.850	2.335.244	2.062.486	
Bradespar (1) (4) (5)	4.100.000	8.090.430	629.323	1.675	728	0,69	55.619	54.568	4.319	(17.875)		
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1)	397.380	842.864	114.046	38.920	-	50,00	421.432	367.837	57.023	53.808		
NCF Participações S.A. ("NCF") (1)	4.325.004	7.611.472	762.762	1.694	-	0,08	6.021	5.417	597	338		
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.381	
Agio - Bradespar (6)	-	-	-	-	-	4,06	4.046	4.046	-	-	-	
TOTAL							16.314.431	14.001.718	2.397.183	2.119.138		

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (23,81%) e na Bradespar (12,93%);
(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial da Bradespar, foi divulgada em 21 de março de 2017;
(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa na investida, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida; e
(6) O agio está fundamentado na mais-valia das ações.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
Circulante		
Contratos de mútuo (1)	-	25.134
Outros	80	93
Total	80	25.227
Não Circulante		
Contratos de mútuo (2)	871.379	733.834
Total	871.379	733.834

(1) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, liquidado em janeiro de 2016; e
(2) Contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2018.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS
a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 331.923 (2015 - R\$ 153.459). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.
Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2016	2015
No início do período	225.061	133.546
Atualizações monetárias	28.301	14.896
Constituição	108.723	76.619
No final do período	362.085	225.061

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.
c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2016 e 2015, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.342.518	2.016.182
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.397.183)	(2.119.138)
Resultado na Alienação de Investimentos	-	44.836
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	(50.358)	(19.004)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(105.023)	(77.124)
Aumento/(Redução) em Obrigações Tributárias	(25.395)	(465.486)
Aumento/(Redução) Patrimonial	77.426	73.438
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(52.992)	(463.172)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Investimentos	(595.150)	(211.944)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	782.674	441.465
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	187.524	229.521
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Contrato de Mútuo	5.523	315.000
Aumento de Capital	626.600	425.700
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(746.290)	(507.062)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(114.167)	233.638
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	20.365	(13)
Início do Exercício	4.368	4.381
Fim do Exercício	24.733	4.368
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	20.365	(13)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Lucro Líquido do Exercício	2.374.583	2.042.498
Ajuste de Avaliação Patrimonial	395.095	(240.469)
Resultado Abrangente do Exercício	2.769.678	1.802.029

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 17.
i) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado líquido do período é apurado pelo lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.
j) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).
k) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações cont

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	2.374.583	
Reserva legal	(118.729)	
Base de cálculo ajustada	2.255.854	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados (2)	1.133.248	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(42.150)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016	1.091.098	48,4
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2015	746.290	36,5

- (1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) Provisionamento de JCP extraordinário, deliberado em 30 de setembro de 2016 e JCP complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2016; e
(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
COFINS	89.621	63.050
PIS	19.102	13.569
IOF	628	5.980
Total	109.351	82.599

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Serviços de terceiros	454	1.145
Editais e publicações	98	90
Outros	-	36
Total	552	1.271

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Varição monetária sobre impostos a recuperar	33.443	33.985
Varição monetária de contratos de mútuo	11.839	(10.594)
Outros	9.656	2.359
Total	55.238	25.750

16) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Outras partes relacionadas (3)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos						
Caixa/disponibilidades	-	-	-	-	5	9
Valores a receber	1.014.198	848.109	-	-	1.014.198	848.109
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	743.847	615.857	-	-
Passivos						
Juros sobre capital próprio a pagar	1.091.098	746.290	-	-	1.091.098	746.290
Outros passivos (Nota 10)	-	-	871.379	758.968	-	-
Total						
	118.970	57.312	(107.131)	(67.906)	11.839	(10.594)
Recitas/(despesas) com juros						
Recitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(1.133.248)	(775.120)	1.093.675	800.746	(39.573)	25.626

- (1) BBD Participações S.A. ("BBD") e Fundação Bradesco ("Fundação");
(2) Bradespar, Cidade de Deus, NCF e Titanium; e
(3) Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

17) DEMONSTRAÇÃO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	2.342.518	2.016.182
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(796.456)	(685.502)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	815.042	720.507
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(371.849)	(272.254)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	365.304	263.541
Outros valores	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	32.065	26.316

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2016	2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(13.140)	(4.695)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização), no exercício, sobre adições temporárias	46.748	31.117
Constituição/(realização), no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa	(1.543)	(106)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	32.065	26.316

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2015	Constituição	Realização	2016
Provisões fiscais	71.691	46.747	-	118.438
Outras provisões	32	27	26	33
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	71.723	46.774	26	118.471
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	39.577	-	1.543	38.034
Total dos créditos tributários	111.300	46.774	1.569	156.505
Obrigações fiscais diferidas	7.626	9.563	-	17.189
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	103.674	37.211	1.569	139.316

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2017	21.778	6.271	28.000	10.034	66.083
2018	21.781	6.272	-	-	28.053
2019	21.781	6.272	-	-	28.053
Após 2019	21.776	12.540	-	-	34.316
Total	87.116	31.355	28.000	10.034	156.505

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 443.522 (2015 - R\$ 459.399), referem-se a: (i) imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras; (ii) imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio; e (iii) imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Refere-se, em 2015, basicamente, a IRRF sobre juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 28.830.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não possui contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015; e
b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

19) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 916.120, mediante a subscrição de 34.285.927 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 26,72 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria	Diretores	
Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni Domingos Figueiredo de Abreu	Alexandre da Silva Glüher José Augusto Pancini Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha
Diretor Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi		Marcos Aparecido Galende Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como, as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 17 de abril de 2017

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

VALOR DIGITAL

SABIA QUE VOCÊ PODE COLOCAR TODO O CONTEÚDO DESSE JORNAL NO SEU BOLSO?

Com o **VALOR DIGITAL**, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.

ACESSE: VALOR.COM.BR

Valor ECONÔMICO
Notícias que geram negócios